



Classe é vítima de "uma lógica de funil"

Sindicato alerta para risco de processos-crime prescreverem por falta de funcionários

24.09.2008

O Sindicato dos Oficiais de Justiça exigiu hoje mais formação e melhores condições de trabalho para os funcionários dos tribunais e alertou para o risco de prescrição de vários processos-crime "por falta de quadros".

"As condições de trabalho são efectivamente importantes e é aqui que nós entendemos que devemos focalizar a nossa acção. Compreendemos o estado que o país atravessa, por isso as nossas exigências passam por mais formação e melhores condições de trabalho", disse o presidente do sindicato, Carlos Almeida, em conferência de imprensa.

De acordo com o sindicalista, a formação "deve ser valorizada" de modo a que "pudesse ser considerado como requisito de ingresso uma licenciatura".

O presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça frisou que oficiais de justiça e magistrados são, neste momento, vítimas de "uma lógica de funil". Nas contas de Carlos Almeida faltam actualmente 1200 funcionários judiciais e o Ministério da Justiça é alvo de crítica por "apostar nas movimentações feitas ao abrigo de uma discricionariedade que é legítima, mas destituída de critérios objectivos".

O dirigente sindical estabeleceu um paralelismo entre o número de funcionários e o número de polícias que, segundo o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, ingressarão no próximo ano nas forças de segurança. "Hoje em dia é referenciada a falta de polícias quando, quase à pressa, há uma promessa de que entrarão mais polícias e temos que perceber o seguinte: entrando mais polícias vão, efectivamente, obter mais resultados e obviamente serão mais processos, mas quando esses processos entrarem nos tribunais não estarão lá os oficiais de justiça e os magistrados para lhes darem resposta", alertou.

"Estamos numa lógica do imediato e daqui a cinco, seis anos, vamos obviamente ter situações às quais os tribunais não poderão dar uma resposta", acrescentou.

Carlos Almeida afirmou que "a médio prazo se perspectiva o aumento do número de processos prescritos".